

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 22 de junho de 2001

Ano 3 N° 63

Aberta a Semana Estadual Antidrogas e pela Vida

Os malefícios do álcool, com dados estarrecedores sobre o consumo no país, foram apresentados por autoridades e membros de entidades em Audiência Pública nesta segunda-feira (18), na abertura do *Seminário Estadual Antidrogas e pela Vida*, que termina dia 25 de junho com a realização de uma sessão especial no Plenário da Casa.

O evento está sendo organizado pela Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), e a iniciativa partiu do deputado Adelor Vieira (PMDB) que apresentou projeto de lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais instalados às margens das rodovias estaduais e federais de Santa Catarina.

Adelor anunciou que, segundo o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Hospital das Clínicas de São Paulo, 15% da população brasileira é

vítima do alcoolismo. Ele defendeu, assim como acontece em outros países, que os fabricantes de bebidas ou de fumo sejam responsabilizados pelas diversas doenças provocadas na população.

Benedet enfatizou que o álcool é a pior das drogas, sendo a mais comum e de mais fácil obtenção pela população, mostrando-se favorável à proibição em curto prazo e campanhas educativas a médio e longo prazo.

O presidente do Conselho Estadual dos Entorpecentes, Genovêncio Mattos Neto, disse que para cada real arrecadado com a produção de bebidas, três reais são gastos na cura, hospitalização, aposentadorias precoces, crianças abandonadas, evasão escolar e internações psiquiátricas.



(foto Solam Soares)

Mesa dos trabalhos

Fórum Catarinense

Foi oficializada nessa quarta-feira (20), pelo governador Esperidião Amin, a instalação do Fórum Catarinense Antidrogas, um espaço institucional permanente de articulação e definição de políticas e ações relacionadas ao uso abusivo de drogas.

Na cerimônia a secretária do Desenvolvimento Social e da Família, Marli Nacif, recebeu das mãos do Governador o manual com as diretrizes para a implantação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Entorpecentes em todos os municípios catarinenses. Através de convênio com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) serão destinados recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a capacitação de 2.100 conselheiros que irão integrar as entidades municipais.

Adelor Vieira lembra que a instalação do Fórum Catarinense Antidrogas é consequência das propostas apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico. "Na época foi feita a proposição de se criar um fórum permanente para estimular a criação dos conselhos municipais para atuarem na prevenção, educação e repressão ao uso de drogas".

CPI da Sonegação encerra trabalhos

A prorrogação dos trabalhos da CPI da Sonegação, votada nessa quarta-feira (20), acabou não sendo aprovada, já que a base governista retirou-se do Plenário, não permitindo quorum. O relator, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), decidiu antecipar, da próxima segunda-feira para essa quinta-feira (21), a entrega do relatório final, com mais de 200 páginas.

Os trabalhos da CPI, presidida pela deputada Ideli Salvati (PT), foram iniciados em 8 de novembro do ano passado. No total foram realizadas 40 reuniões e ouvidos 32 depoimentos. Segundo o relator, a CPI da Sonegação comprovou a existência de esquemas de sonegação que causam prejuízos ao Estado, entre eles a fabricação de créditos de imposto pelo uso de notas fiscais clonadas (impressas em duplicidade) de empresas fictícias ou inativas e

também a transferência irregular de créditos.

De acordo com o relatório, as maiores irregularidades envolvendo fiscais da Fazenda Estadual e empresas ocorreram em Blumenau e nas regiões de Florianópolis, Mafra e Joaçaba. "Como não conseguimos prorrogar os trabalhos, estamos encaminhando pedido ao Ministério Público que investigue as gerências regionais da Fazenda em Lages e Itajaí", declarou o relator.

Benedet disse também, que a Comissão trouxe benefícios para a sociedade catarinense. "Sinto-me gratificado por ter cumprido meu dever, mas a frustração é cívica por não terem permitido que continuássemos tão importante trabalho", enfatizou. Além do Ministério Público Estadual, uma cópia do relatório final também será enviada ao MP Federal, Secretaria da Fazenda e OAB.

OPINIÃO

A adoção em Santa Catarina



Notícias divulgadas recentemente em nossos veículos de comunicação revelam que há no Congresso Nacional, pelo menos, três projetos de lei tramitando sobre a adoção de menores. Um deles facilita a adoção internacional, outro prevê a licença maternidade para as mães que adotam crianças com até um ano de idade e existe o que institui o Dia Nacional da Adoção.

Em Santa Catarina, o Tribunal de Justiça aprovou em resolução interna que, o 25 de maio – dia da Adoção - será aproveitado pelo Poder Judiciário para incentivar que toda a criança ou adolescente possa ter garantidos os direitos ao convívio familiar e a plena assistência de suas necessidades básicas, conforme prevêem a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entendendo que o Estado pode contribuir efetivamente para o incentivo da prática da adoção, apresentamos na Assembléia Legislativa projeto de lei que tem como objetivo incentivar a prática da adoção de menores em todo território catarinense. Se a proposta for aprovada, fica instituído o mesmo dia - 25 de maio - de cada ano como o Dia Estadual de Mobilização pela Adoção.

Sabemos, no entanto, que não basta apenas criar um dia para isso, como fazer com que esta data seja aproveitada para elucidar aspectos pertinentes no que diz respeito à adoção. Precisamos proporcionar a chance desse grande contingente de menores abandonados ter o direito a um lar, a uma família, e conseqüentemente a uma vida digna e um futuro promissor.

Num país onde há milhares de crianças abandonadas, todas as formas para incentivar a adoção devem ser estimuladas, bem como divulgar informações sobre os procedimentos necessários a respeito do assunto, propiciando a colocação familiar em lares. No ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa mais de uma década, o número de menores desamparados cresce a cada dia.

É preciso reconhecer que um importante trabalho de apoio vem sendo realizado, em Santa Catarina, pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Instituída em 1993, a comissão editou uma cartilha com o objetivo de levar ao conhecimento da população informações a respeito da adoção. O manual está à disposição no Tribunal de Justiça e nas comarcas de todo o Estado com informações, tais como, quem pode adotar; quem pode ser adotado; não podem adotar; como se inicia o processo de adoção e documentos necessários para inscrição.

Deputado Jaime Duarte (Líder do PPS)

Anistia aos nossos agricultores



Que a situação dos produtores catarinenses não é das melhores, não chega a ser novidade para ninguém. Se por um lado, existem dificuldades de obtenção de empréstimos para investimentos em equipamentos e sementes, por outro as intempéries contribuem para que a produção fique abaixo das expectativas e a safra seja menor a cada ano. Órfão de qualquer apoio governamental, o produtor, muitas vezes, é obrigado a abandonar sua única fonte de renda e buscar refúgio nos centros urbanos. Uma história que se repete diariamente em Santa Catarina.

Com o propósito de amenizar parte do problema, apresentei, no início deste ano, um projeto de lei propondo anistia aos produtores rurais das dívidas provenientes do Crédito de Emergência concedido pelo governo do Estado. A operação, autorizada pelo Governo Federal, permitiu o repasse de quase R\$ 20 milhões para a manutenção dos pequenos produtores rurais catarinenses. O financiamento foi concedido via Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf – com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Lamentavelmente, por uma série de fatores, incluindo condições

climáticas desfavoráveis, a maioria desses produtores beneficiados perdeu sua produção e com isso não conseguiu honrar o compromisso com as instituições financeiras. Cerca de 38 mil produtores encontram-se hoje nessa situação, uma realidade só contribuiu para o agravamento do quadro social, cada vez mais esquecido pelos governantes brasileiros.

Gostaria aqui, neste espaço, de chamar a atenção de todos os meus pares para esse delicado cenário. Não estamos nos referindo aos grandes produtores, os que utilizam tecnologia de ponta nas colheitas, e sim aos pequenos que retiram do trabalho diário seu próprio sustento e dos seus familiares.

A aprovação do projeto de lei em plenário vai impedir que mais e mais produtores larguem suas lavouras. Com a anistia, eles poderão planejar melhor sua produção, mantendo suas famílias no campo, trabalhando e fortalecendo um dos setores que mais contribui para nossa economia.

Enfim, precisamos dar condições para que essas famílias sintam orgulho do seu próprio trabalho no campo. Tenho certeza que não fugiremos dessa responsabilidade, pois esse é o mínimo que podemos fazer pela agricultura catarinense.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Retratos de SC mostra as potencialidades de Concórdia

(foto Jonas Lemos Campos)

Localizado na região Oeste o município de Concórdia expõe sua história e capacidade produtiva no hall da Assembléia. A exposição faz parte do projeto Retratos de Santa Catarina, que pretende valorizar e divulgar a cultura e a produção do Estado.

Colonizada por italianos e alemães Concórdia possui 62 mil habitantes e é a maior cidade da região do Alto Uruguai. Berço da agroindústria catarinense, sedia os maiores frigoríficos de aves e suínos da América Latina.

A potencialidade turística desenvolveu-se a partir da construção dos lagos e usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho. No campo cultural, grupos artísticos mantêm vivas as tradições através de encenações que caracterizam a formação étnica e a trajetória do município.

Objetos de época fazem parte da mostra e abordam a colonização, como luminárias a querosene e peças da história do milho,



Prefeito Neodi Saretta e Presidente Onofre principalmente máquinas usadas pelos colonizadores. Fotografias antigas resgatam o passado e um vídeo aborda o momento atual do município. Obras de

artistas da região também estão expostas.

A estréia de Concórdia no projeto concebido pelo presidente Onofre Agostini (PFL) foi marcada pela apresentação de grupos artísticos que caracterizam a formação étnica. Danças germânicas e italianas representaram a diversidade e atores locais apresentaram esquetes sobre a trajetória da cidade nos últimos 67 anos. O lançamento aconteceu nessa terça-feira (19) na Galeria de Artes Meyer Filho.

Na próxima semana (26) será a vez de Agrolândia, município essencialmente agrícola de descendência italiana e alemã, localizado no Alto Vale do Itajaí, apresentar sua cultura.

Projeto com verbas do BID

O governador Esperidião Amin entregou nessa terça-feira (19), em visita ao presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), projeto de lei do Executivo que trata de operação de crédito, no valor de 300 milhões de dólares, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar investimentos na implantação e pavimentação de 500 km de rodovias estaduais, 850 km de restauração em rodovias pavimentadas e fortalecimento institucional do DER. A garantia do empréstimo é da União e o governo dará como contrapartida o produto

proveniente da arrecadação do Orçamento do Estado, permitido em lei, cotas-partes dos fundos federais e o aval do Badesc e da Codesc.

As obras acontecerão em duas etapas, sendo a primeira com início previsto para agosto ou setembro próximo, informou o secretário dos Transportes Leodegar Tiscoski, presente ao encontro.

Agostini anunciou que proporá aos presidentes das Comissões Técnicas a deliberação, em conjunto, para agilizar e votar a matéria em Plenário até a próxima semana.

Recursos para Apaes do Planalto

Apaes de Urupema recebe nesta sexta-feira R\$ 21 mil do Governo do Estado para comprar veículo que será usado para transportar alunos. O atendimento da reivindicação é resultado de trabalho do deputado Agostini, que conseguiu também R\$ 10 mil para cada uma das Apaes dos municípios de Urubici, Campos Novos e Santa Cecília, além de R\$ 5 mil para as Apaes de Otacílio Costa e Campo Belo do Sul, num total de R\$ 61 mil.

Segundo o parlamentar, "trabalhar pela educação especial é gratificante porque além de cumprir uma função parlamentar, como representante de toda a comunidade, exercita o lado humano, de buscar a valorização e a dignidade das pessoas especiais". Agostini registra, ainda, que o trabalho das Apaes catarinenses é considerado o melhor da América do Sul e o segundo melhor do mundo. Perde apenas para Israel que desenvolve trabalho exemplar em benefício dos excepcionais.

Diagnóstico precoce de surdez

O presidente Onofre Agostini (PFL) apresentou projeto de lei propondo o teste gratuito e obrigatório para diagnosticar deficiência auditiva em todos os bebês nascidos em hospitais e maternidades estaduais e os subvencionados. Se aprovado, Santa Catarina será o segundo Estado a implantar a lei, seguindo o Rio de Janeiro.

O parlamentar explica sua proposição dizendo que "o diagnóstico precoce possibilita à criança deficiente o recebimento de educação que melhor a capacitará para o seu aprendizado. Além disso, ajudará na integração da criança à sociedade e futuro mercado de trabalho".

O *Teste da Orelhinha*, como é conhecido, é totalmente indolor e permite tratamento imediato, evitando que a deficiência seja descoberta apenas quando a criança chega à idade do início da fala.

De acordo com informações do médico especialista Paulo Crespi, principal defensor do projeto, de cada mil crianças nascidas no Brasil, seis apresentam problemas de surdez.

COMISSÕES

Febre aftosa

Produtores rurais, sindicalistas e representantes de cooperativas do Oeste catarinense participaram nessa segunda-feira (18) de uma Audiência Pública sobre a febre aftosa em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e o endividamento dos suinocultores. A reunião foi convocada pelo deputado José Paulo Serafim (PT), membro da Comissão de Agricultura e contou com a presença da deputada federal Luci Choinaski (PT), do prefeito de Chapecó, José Fritsch (PT), e do secretário-adjunto de Agricultura gaúcho, Carlos Guedes.

Os parlamentares consideram prematura a afirmação de que o Estado está livre da doença e alertam que o vírus pode passar através da roupa, do calçado e do cabelo das pessoas oriundas do território argentino, onde já foram constatados mais de 1200 focos da doença.

Deputados visitam Hospital em Bocaina do Sul

A Comissão Especial Externa (CEE), presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), que discute o atendimento ao doente mental no Estado, visitou nessa quinta-feira (21) o Hospital São José, em Bocaina do Sul.

Com essa visita e a entrega do relatório com dados sobre saúde mental pela Secretaria da Saúde, na próxima quarta-feira (27), a Comissão encerra os trabalhos. A entrega do parecer da Comissão com o diagnóstico está prevista para 30 dias.

A CEE já esteve no Instituto Psiquiátrico, Instituto São José e Colônia Santana, em São José; nos hospitais Santa Tereza, em São Pedro de Alcântara e de Custódia, em Florianópolis. Também visitou a Ala Psiquiátrica do Hospital Hans Dieter Schmidt, de

Joinville e Casa de Saúde Rio Maina, em Criciúma.

“Estamos colhendo informações para fazer um diagnóstico da saúde mental no Estado”, afirmou Jaime Duarte. O deputado reiterou a importância dos trabalhos da CEE no sentido de conscientizar as autoridades municipais para um novo modelo de atendimento ao doente mental.

Uma das alternativas, segundo ele, é fazer com que as cidades de médio e grande porte assumam serviços substitutivos na área, como os núcleos de assistência psicossocial.

O Hospital São José, de Bocaina do Sul, destina 30 leitos para psiquiatria, com ocupação de 100%. Segundo a direção do estabelecimento, há uma lista de espera de aproximadamente 40 pessoas diárias.

Funcionamento da ZPE de Santa Catarina

Discutir ações para viabilizar o funcionamento da ZPE/SC – Zona de Processamento de Exportação, em Imbituba, foi o objetivo da Audiência Pública da Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), realizada nessa quarta-feira (20). Além de parlamentares o encontro contou com a presença do presidente da IAZPE – Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação, Irmoto Feurchette.

Segundo Irmoto, com a implantação da ZPE deverão ser gerados mais de 11 mil empregos e cerca de 236 milhões de dólares em impostos. “Estamos prontos para iniciar nossas atividades, mas precisamos do certificado de alfandegamento da Receita Federal e da licença para o funcionamento, que deve ser concedida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior”.

No próximo dia 28, na Assembléia, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, estará promovendo o Seminário sobre a ZPE/SC, com a participação de deputados estaduais, federais e representantes da Fiesc.

Transporte marítimo na Grande Florianópolis

Representantes de municípios da Região Metropolitana de Florianópolis participaram na última semana de uma Audiência Pública promovida pelo Deter para apresentar o estudo de viabilidade econômica do transporte marítimo na região. Acompanharam a explanação dos técnicos do consórcio gaúcho Geitram/Magna o governador Esperidião Amin, o secretário dos Transportes, Leodegar Tiscoski, o diretor-geral do Deter, Norberto Stroisch, técnicos do BNDS, os deputados Reno Caramori (PPB), Jaime Mantelli (PDT), João Henrique Blasi (PMDB) e a deputada Ideli Salvatti (PT).

Stroisch esclareceu que o BNDS se prontificou a estabelecer linhas de crédito para os empresários interessados no setor e informou que, das dez regiões do Brasil onde o transporte marítimo será implantado, SC saiu na frente quanto ao estudo de viabilização técnica e econômica.

Esta foi a quinta Audiência Pública sobre o tema e o governador Amin informou que outras fontes de financiamento podem participar do projeto e solicitou ao Deter a fixação de um prazo para o edital de licitação da obra, projeto final de engenharia e outras providências do gênero.

LDO em questão

O presidente da Comissão de Finanças, deputado Afrânio Boppré (PT), afirmou que o projeto do governo que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e estabelece metas para elaboração do Orçamento do Estado, embora contenha irregularidades, poderá ser votado no Plenário.

O projeto foi analisado pela Comissão de Finanças que decidiu, no final de maio, pela devolução ao Executivo. Afrânio, responsável pelo relatório de análise, esclarece que a iniciativa foi tomada porque o governo descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal na sua elaboração. O parágrafo único do artigo 48 determina que durante a elaboração da LDO, o governo deve assegurar participação popular e promover audiências públicas nos municípios catarinenses. “Como isso não ocorreu, propus a devolução do projeto”, explica.

No último dia 12, convocada a analisar novamente o projeto, a Comissão mais uma vez reiterou a posição de que a LDO não cumpre o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Afrânio faz questão de salientar que o assunto não se trata de um confronto entre a Comissão de Finanças e a Presidência da Assembléia. “É uma divergência entre os Poderes Legislativo e Executivo”, avalia.

COMISSÕES

Acordo entre despachantes e prepostos

Despachantes e prepostos de diversos recantos do Estado estiveram na Assembléia nessa terça-feira (19) para debater, em Audiência Pública da Comissão de Finanças, proposta pelo deputado Heitor Sché (PFL), a regulamentação da atividade. Tramitam na Comissão o projeto de lei apresentado por Sché e um substitutivo global assinado por diversos parlamentares. Foi formada uma comissão para buscar um consenso, composta por três representantes dos prepostos, três dos despachantes, um do Executivo, os membros da Comissão de Finanças e um Procurador da Assembléia.

Heitor Sché argumentou que, no momento de crise econômica, apresentou o projeto com o intuito de criar alternativas que melhorem as condições de trabalho e lucro para a categoria. Ele não concorda com as afirmações de que a sua proposta acabaria com o concurso público, frisando que o credenciamento dos prepostos se dará por concurso. Já Mantelli afirmou que o substitutivo global ao PL de Sché é mais abrangente e aceitou sugestões da Associação dos Despachantes de Trânsito de SC (Adotesc).

Sigfrido Maus, da Adotesc, informou que o substitutivo é o produto do trabalho de meses de pesquisa do Detran e que determina que a prova para admissão, formada por questões da atividade e exame escrito e oral, contempla 25% dos pontos disputados para os prepostos. Rubens Techio, preposto de



Deputado Sché justifica seu projeto

Chapecó, reivindicou a regularização da atividade da categoria, pois com a morte do pai há três anos, despachante instalado na cidade desde 1977, a família está apreensiva e a Adotesc não tem dado suporte técnico para a resolução do problema.

(foto Jonas Lemos Campos)

Comissão da Barragem do Rio São Bento

O cronograma para a conclusão das obras da Barragem do Rio São Bento foi reduzido de 36 para 18 meses. A informação foi repassada pelo presidente da Casan, José Carlos Vieira, ao deputado Valmir Comin (PPB), presidente da Comissão Parlamentar Externa criada para acompanhar o desenvolvimento das obras, e ao deputado Clésio Salvaro (PFL), membro da CPE.

Na última semana os deputados tiveram o primeiro encontro oficial com a diretoria da empresa estatal responsável pela obra. Comin expôs a Vieira que o objetivo da Comissão é trabalhar em parceria com a Casan, prevenindo qualquer eventualidade que possa atrapalhar o andamento da construção da barragem no Sul do Estado.

O Presidente da Casan informou aos parlamentares que será necessário uma forte ação política para garantir os recursos necessários junto ao governo federal, através do Ministério do Planejamento e Orçamento ou de emenda parlamentar.

Comin informou que irá checar como está o encaminhamento da questão junto aos Ministérios do Planejamento e Orçamento e da Integração Regional. Disse que pretende nos próximos dias manter um contato oficial com o Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, para a realização conjunta de "lobby" visando garantir os recursos.

Salvaro afirmou que o assunto será também tratado entre os membros da CPE, lideranças do Sul e o governador Esperidião Amin quando da instalação da administração itinerante em Criciúma no início de julho.

CPE das motos

A Comissão Parlamentar Externa que trata da regulamentação da velocidade das motos nas rodovias estaduais, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), reuniu-se com Edegar Roman, diretor do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER) e com representantes dos setores de segurança pública para discutir a equiparação da velocidade de motos e demais veículos.

Nessa quarta-feira (20) a CPE se reuniu com parlamentares federais para discutir a confecção de uma moção a ser enviada ao Congresso Nacional solicitando a alteração do artigo 61 e seus incisos, do Código Nacional de Trânsito, que trata da velocidade dos veículos em rodovias federais.

Grande Fronteira Mercosul

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) e outros requereram a constituição de Comissão Temporária Especial, composta de cinco membros, para acompanhar os encaminhamentos pertinentes à habilitação no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, do governo federal, uma vez que o programa é importante aos municípios catarinenses integrantes daquela região.

Usinas termoeletricas

O deputado Júlio Garcia (PFL) requereu a constituição de Comissão Temporária Especial Externa, composta de três membros para acompanhar a implantação do "Programa Prioritário das Usinas Termoeletricas" que enquadra quatro projetos de usinas térmicas a carvão mineral, sendo uma em Santa Catarina, a Usitec, que terá capacidade de gerar 440 mw, com características tecnológicas inovadoras. Caberá à Comissão acompanhar a tramitação e aprovação do substitutivo ao projeto 2905, atualmente na Câmara dos Deputados.

PLENÁRIO

Lei que beneficia deficientes

Os cidadãos portadores de necessidades especiais relativas a aparelho auditivo e fonador (surdos e mudos) quando estiverem à procura de alguma informação junto aos órgãos públicos estaduais, poderão ser beneficiados por uma proposta do deputado Joares Ponticelli (PPB), líder do governo na Assembleia. Caso aprovado o projeto determina que as administrações direta e indireta do Estado terão de ter, entre seus servidores, pessoas habilitadas à interpretação de expressão gestual utilizada como meio de comunicação pelos portadores de necessidades especiais, a conhecida 'linguagem dos sinais'.

A habilitação dos servidores estaduais para o que estabelece a Lei será reconhecida após treinamento e expedição do respectivo certificado realizado sob a responsabilidade da Fundação Catarinense de Educação Especial ou de alguma outra entidade privada, comprovadamente especializada, que seja conveniada para tal. Fica esclarecido que os que se submeterem a esse treinamento não se constituirão em categoria funcional dedicada exclusivamente às re-



Deputado Ponticelli

feridas atividades, e sim servidores em cumprimento de suas funções nos respectivos órgãos, mas que estarão preparados para atender e encaminhar os portadores de necessidades especiais.

Como forma de incentivar a participação dos servidores nesse processo o projeto prevê autorização para que o governo crie uma gratificação remunerada a esse serviço complementar.

Cartórios no Sul

Visando evitar que a população se desloque para outro município e entendendo como uma forma de valorização da própria comunidade, o deputado Clésio Salvaro (PFL) apresentou requerimento solicitando ao Tribunal de Justiça do Estado a instalação de Cartório de Registro Civil e Tabelionato no município de Arroio do Silva e no distrito de Caravaggio, em Nova Veneza.

De acordo com Salvaro há muitas reclamações por parte de ambas as comunidades que, para efetuarem registro em geral, escrituração de imóveis, procurações, reconhecimentos de firmas e autenticações são obrigados a deslocarem-se, no caso de Arroio do Silva, para Araranguá e em Caravaggio, cerca de 12 km até a sede do município de Nova Veneza.

"Na última semana conseguimos a aprovação do cartório para o bairro Próspera, em Criciúma, e esperamos ser ouvidos também para mais essas duas reivindicações. A instalação desses cartórios aproximará, em muito, os serviços judiciais do cidadão", explicou.

Controle de qualidade das radiações ionizantes

Apresentado esta semana projeto de Lei do deputado João Rosa (PTB) que autoriza o Executivo a implementar ações de controle de qualidade para uso adequado das radiações ionizantes no Estado, instituindo o Programa de Controle de Qualidade em Proteção Radiológica, de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A proposta determina ainda a criação de uma campanha para orientar a comunidade e assegurar melhores condições de racionalizar os efeitos decorrentes da radiação, proporcionando maior segurança aos trabalhadores e aos pacientes e maior

eficácia dos tratamentos e diagnósticos.

Rosa propõe também a implantação de mapeamento estadual para identificar e controlar as atividades de radiologia médica, radiologia odontológica, radioterapia, medicina nuclear "in vivo" e medicina nuclear "in vitro", depósito de rejeitos radioativos e a regulamentação do uso, transporte e armazenagem de fontes de radiação. O parlamentar enfatizou a importância da proteção radiológica, pois sabe-se que a utilização da radiação ionizante, ou até mesmo o contato, comprovadamente possui consideráveis efeitos nocivos à saúde.

Atendimento médico

Ciente do fato de que as escolas públicas carecem de qualquer atendimento médico, o deputado Cesar Souza (PFL) encaminhou projeto de lei autorizando a Secretaria de Educação a firmar convênios visando ao atendimento médico-hospitalar aos estudantes da rede estadual.

De acordo com o projeto as empresas da iniciativa privada poderão firmar convênio com as empresas de convênio médico e pagar por aluno um determinado montante. Podem ainda "adotar" escolas ou classes de acordo com os planos elaborados pelas empresas médicas e cujas escolas a Secretaria de Educação autorizaria a publicidade.

O projeto determina também que as despesas decorrentes do convênio e especificadas no projeto serão custeadas por empresas da iniciativa privada, sem ônus para o Estado, que poderão utilizar de publicidade para divulgação do seu objeto social.

Vetos mantidos

Assembleia manteve veto total ao projeto de lei do deputado Jaime Mantelli (PDT), que dispõe sobre a instalação de radar eletrônico de velocidade e redutor eletrônico de velocidade nas rodovias catarinenses. A razão para o veto foi a inconstitucionalidade, uma vez que a Constituição Federal estabelece que "é competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte".

Mantido ainda veto ao projeto de autoria do deputado Clésio Salvaro (PFL), que dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades minerárias. Também foi alegada inconstitucionalidade por se tratar de matéria de competência exclusiva do Governador.

Enfermagem nas emergências

Os parlamentares aprovaram projeto de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que estabelece a obrigatoriedade para os hospitais da rede pública e privada, conveniados com o SUS, de manter um profissional de enfermagem nas emergências para fazer exame preliminar nos pacientes, priorizando o atendimento médico-hospitalar aos casos mais urgentes.

Prestação de contas

Programa de Responsabilidade Social de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB) foi aprovado e estabelece que o governo mande à Assembléia anualmente, junto com a prestação de contas do final de ano, os investimentos relativos ao atendimento do menor carente, creches, habitação, enfim um quadro detalhado da ação governamental que o parlamentar classifica como "Mapa da exclusão social". Da mesma forma, exige informações sobre as atividades do Executivo a serem implantadas para o próximo ano.

Atestado de saúde

Do deputado João Rosa (PTB) foi aprovado projeto que disciplina a emissão de atestado de saúde ocupacional com a finalidade de instruir processo de admissão de servidor, em caráter temporário, como instrumento substituto do laudo médico de sanidade física e mental.

Limpeza das nascentes

Aprovado o Projeto de Lei nº 167/01, de autoria do deputado César Souza (PFL), que institui o dia 5 do mês de junho como *Dia Estadual de Limpeza das Nascentes dos Rios, Córregos e Lagos*. A data deverá constar no calendário oficial do Estado.

Diploma benemérito

Aprovado projeto cujo autor é o deputado Jaime Duarte (PPS), que institui o diploma benemérito por serviço relevante às pessoas físicas e jurídicas que prestem serviço voluntário às comunidades do Estado. Também conta na proposta que, anualmente, no dia 5 de dezembro, Dia Internacional do Voluntariado, a Assembléia realizará sessão solene para premiar os agraciados com o diploma.

Casas populares

A construção de 40 casas populares no município de Brunópolis foi solicitada pelo deputado Romildo Titon (PMDB) à Secretária do Desenvolvimento Social e da Família, conforme consta do orçamento estadual para 2001, referente ao Fundo de Habitação Popular daquela secretaria.

Segundo Titon "a situação habitacional de Brunópolis é bastante grave, sendo que

em 1998, quando foi elaborado o plano de trabalho da prefeitura, constatou-se que a demanda habitacional era de 70 famílias, que viviam em situações de in-salubridade ou em encostas correndo sério risco de vida. Há recursos no Orçamento/2001 que podem ser destinados para a construção de casas populares, o que iria minimizar a precária situação em que vivem aquelas pessoas".

Proposições

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao Governador do Estado solicitando a construção de duas balsas nas localidades de Taunay e Santa Leocádia, em Canoinhas.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao presidente da Celesc pedindo a realização de estudos e medidas para melhoria e ampliação da subestação de energia elétrica de Santa Cecília.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao Presidente da Casan solicitando a instalação de turbina para gerar energia na Barragem do Rio São Bento, na localidade de São Pedro, em Siderópolis.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Presidente do Tribunal de Justiça sugerindo providências para a criação de novas Varas na Comarca de Balneário Camboriú.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao Governador solicitando a nomeação de um delegado de polícia para Dona Emma, onde a delegacia encontra-se fechada.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Ministro dos Transportes e ao Diretor do DNER solicitando a construção de uma rótula na BR-282, no acesso a Cordilheira Alta.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Secretário dos Transportes e Obras que sejam feitos a conservação e o encascalhamento da estrada que liga Lebon Régis e Timbó Grande.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à bancada catarinense no Congresso Nacional solicitando a inclusão no Orçamento da União de verba para o Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas, cumprimentando-os pelo aniversário de fundação do município.

Deputado Antonio Aguiar (PFL) ao Chefe do DNER/SC pedindo a implantação de redutores de velocidade no Km 201, da BR-280, na localidade de São João dos Cavalheiros, em Três Barras.

Deputado João Rosa (PTB) ao Ministro da Fazenda sugerido a destinação dos produtos apreendidos pela Receita Federal à população economicamente carente.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Governador, Secretário dos Transportes e Obras e Diretor do DER solicitando pavimentação da rodovia que liga Treviso a Lauro Müller.

Deputado Renato Caramori (PPB) à Secretária da Educação solicitando a implantação de um colégio agrícola em Papanduva.

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Iporã do Oeste e Caibi cumprimentando-os pelas comemorações de emancipação.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao Superintendente da TIM Telesc Celular solicita a implantação de uma estação base de telefonia celular em Lauro Müller.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao Governador e ao Secretário da Segurança Pública solicitando designação de um delegado de carreira para o comando da Polícia Civil em Dionísio Cerqueira.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao Secretário dos Transportes e Obras pedindo iluminação na rodovia SC-447, Morro do Caravaggio, em Nova Veneza e a construção de uma passarela para pedestres.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras solicitando a inclusão no Plano de Conservação do DER/SC da estrada de acesso que liga a SC-468 a Quilombo.

Deputada Ideli Salvatti (PT) requerendo a realização de audiência pública para discutir e buscar soluções imediatas para a rodovia SC-405, trecho Rio Tavares, em Florianópolis.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário da Agricultura pedindo a liberação dos recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) para os agricultores de Taió.

GERAL

AL homenageia ex-deputados de Itajaí

(foto Jonas Lemos Campos)

A Assembléia realizou na última quarta-feira (13) na Sociedade Guarani, em Itajaí, uma Sessão Solene para comemorar os 141 anos de emancipação político-administrativa daquele município, ocasião em que o presidente do Poder, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), prestou uma homenagem aos ex-parlamentares da cidade que atuaram no Legislativo Estadual. O governador Esperidião Amin, acompanhado de secretários estaduais, também participou da solenidade.

O deputado Volnei Morastoni (PT), falando como representante do município, fez uma retrospectiva das suas origens, bem como



Prefeito Jandir Belini e Presidente Onofre Agostini

as personalidades ilustres no cenário político estadual e nacional, destacando

que o município possui o maior porto pesqueiro do País. O deputado Gilmar Knaesel (PPB) elogiou os serviços públicos de qualidade fornecidos pela atual administração e lembrou que cinco ex-governadores do Estado foram naturais de Itajaí.

O secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, João Macagnan, que foi homenageado como ex-parlamentar, salientou a diversidade do comércio local e a indústria pesqueira como duas importantes fontes de renda, e exaltou os trabalhos dos ex-deputados estaduais pelo trabalho que prestaram à cidade.

Por sua vez, o prefeito Jandir Belini agradeceu à Assembléia pela iniciativa de realizar a Sessão Solene e o governador Esperidião Amin destacou a festa Marejada de tradições portuguesas.

Onofre Agostini disse que a intenção do Poder Legislativo é estar presente em todo Estado nas principais comemorações das cidades-pólo catarinenses. "Queremos também resgatar a memória dos homens públicos que na Assembléia lutaram sem medir esforços para conseguir melhorias para suas regiões", frisou. Ele fez a entrega de um exemplar do livro *Documentos Históricos* sobre o município para as autoridades presentes.

Homenageados

Adolfo Konder *
Amilcar Gazaniga
Andrônico Pereira Filho
Antônio Carlos Konder Reis
Arnaldo Schmidt Júnior
Delfim de Pádua Peixoto
Eduardo Santos Lins
Emanuel Pereira Liberato *
Eugênio Luís Müller *
Ewaldo Germano Joaquim Willerding *
Francisco de Almeida *
Francisco Evaristo Canziani *

Heitor Pereira Liberato *
Jandir Belini
João Omar Macagnan
José Bahia Spíndola Liberato *
José Eliomar da Silva
José Pereira Liberato *
Júlio Cesar
Marcos Konder *
Nilton Kucker
Noemi dos Santos Cruz
Pedro Ferreira e Silva *
Vitor Konder *

* in memoriam

Demarcações de terras indígenas

A realização de Audiência Pública no próximo dia seis de agosto foi solicitada pelo deputado Onofre Agostini (PFL) para discutir invasões de propriedades, demarcações de terras promovidas por instituições para-indigenistas e o processo demarcatório de áreas indígenas nos municípios de Cunha Porã, Saudades, Sul Brasil e outros locais da região Oeste. Foram convidados a participar representantes da Funai, CNBB, Movimento de Defesa da Propriedade e Dignidade, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Justiça e prefeitos dos municípios envolvidos.

Agenda

Dia 25, às 14h – Audiência pública sobre cursos de educação a distância da Udesc, ação conjunta das Comissões de Fiscalização e Educação.

Local: Plenarinho

Dia 25, às 19h – Sessão Solene em comemoração aos 40 anos de Fundação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Local: Plenário

Dia 26, às 9h – Audiência pública sobre transporte alternativo, com a presença dos titulares da Secretaria de Transportes e Obras, do Deter, do DER e das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual.

Local: Plenarinho

Dia 26, às 19h30min – Retratos de SC – Agrolândia

Local: Hall da Assembléia

Dia 27, às 14h – CPE da Regulamentação da Velocidade para Motocicletas, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB).

Local: Sala das Comissões